

ROCHA, Afonso, *O Pensamento Moderno em Portugal: traços emblemáticos*. Porto: Universidade Católica Editora, 2015, 365 p.

Como será do conhecimento geral em todo o Portugal culto e interessado no pensamento português, Afonso Rocha (AR) é um renomado académico e estudioso, de multimodal formação académica, do aduzido pensamento, de modo particular a partir de uma perspetiva essencialmente filosófica. Sendo apodado por uns – focados, particularmente, na sua entrega à análise do que poderia ser denominado de cânone luso do pensamento moderno tardio – como o Harold Bloom português e por outros – mais atentos à sua, tantas vezes solitária, pugna pela descrição de tal pensamento como rede hermenêutica da portugalidade contemporânea ao mesmo – como o Erich Auerbach lusitano, não cremos que quem tal afirma esteja a ser voluntariamente exagerado.

Com esta sua presente obra, que aqui temos a felicidade de poder recensear, não pode haver qualquer dúvida de que aquelas aduzidas apreciações não poderão ser senão ainda mais consubstanciadas. Na realidade, ao longo dos onze artigos que, organizados com mestria em três grandes secções (que lhes conferem uma coerência externa assinalável), compõem esta obra, somos presenteados com um delicado cardar. A saber: não só de algumas das mais importantes impressões digitais autorais entre o amanhecer do século XIX e o findar da centúria subsequente, mas igualmente de algumas das mais subtis mutações surdidas entre as mesmas. Neste sentido, a escolha dos distintos textos que deram origem a esta obra, lavrados pelo seu Autor no decurso de dispersas ocasiões, não nos parece minimamente acrítica e (ou) aleatória, como se o mesmo se tivesse limitado a como que, num qualquer número de prestidigitação arquivista, retirar coelhos saltitantes de uma cartola. De modo algum. O fio condutor que une os ditos textos é, não só patente a partir de um foco externo aos mesmos (não menos graças à já alegada organização em capítulos), mas vislumbrável inclusive por, e de, dentro dos mesmos.

Sejamos, contra nós mesmos, sinceros: não sabemos qual a natureza fundamental do mencionado vislumbrar. Por outras palavras: será ele meramente o resultado de um rearranjo posterior à primeira redação dos textos originais que dimanaram nesta obra, ou, pelo contrário, o fruto de uma bem vincada personalidade autoral que faz com que AR, de um modo mais ou menos inconsciente, produza os seus textos a partir de um esquema mental que, de uma ou outra forma, vai permanecendo relativamente inalterado ao longo do tempo e, assim, acabe por polir tais escritos com uma rugosidade própria que lhes confere uma assinalável sinopcidade interna? Se nos fosse permitido sair para fora das fronteiras da sua mais recente obra e, nesta nossa breve apreciação crítica, entrar por outros livros seus que nos são bem conhecidos, usaríamos afirmar que é a segunda das pretéritas hipóteses a que, com maior naturalidade, explicaria o entrever a que nos reportámos.

Talvez se possa apontar, desde já e antes de entrarmos numa ponderação menos rígida e extrínseca deste livro, alguns aspetos menos conseguidos que estão patentes no mesmo: *i)* algumas incoerências metodológicas (cf., *v.g.*, os diferente modos de encarar as citações mais extensas patentes nas pp. 214s e na p. 217); *ii)* algumas frases que, do ponto de vista gráfico-sintático, são excessivamente longas (cf., *v.g.*, p. 82) e que, assim, nos fazem recordar mais os pensadores de estirpe germânica do que os

de proveniência latina; *iii*) uma ou outra desatenção na formatação do Índice, no que, porventura, até poderá não ser da responsabilidade de AR (cf., *v.g.*, p. 362); *iv*) algum subjetivismo difuso em questões, muito provavelmente, de maior agrado do Autor que, possivelmente, lhe criam como que “ângulos cegos” na sua consideração, o que, por seu lado e a partir do nosso olhar profissionalmente formatado por uma formação (e ulterior labor) em espiritualidade, parece dar a intuir uma provável tensão, gostosamente alimentada pelo mesmo, entre o pensador cristão que é filósofo e o filósofo que pensa cristãmente; *v*) e, por fim, alguma falta de abertura ao dito por autores estrangeiros, além dos de estirpe estritamente filosófica, que marcaram – inegável e indelevelmente, mas, por vezes, sem grande capacidade de apreensão das suas propostas que, dessa forma e nos mesmos, ficaram como que descafeinadas – os autores por si estudados ao longo desta obra: François Quesnay; von Hamack; Louis Blanc; Richard Simon; Charles Vildrac; etc.

Dito isto, tudo o que acabámos de mencionar é mais do que superado pelas notáveis virtualidades da obra de AR. Com efeito, se para redigirmos as linhas anteriores tivemos de empreender um considerável empenho de rememoração, para apontarmos estoutras a facilidade, sabemos-lo muito bem, será muito maior. Efetivamente, além do muito que já pudemos ir dizendo, e ainda iremos referir, de modo distenso, ao longo do presente desfilarmos de palavras, não é minimamente difícil mencionar: *i*) a sua minuciosa atenção dada à análise ao léxico usado pelos autores, que, na nossa mais franca apreciação, permite, mesmo a quem não os conheça, entrar no mapa conceptual dos mesmos e, desse modo, conhecê-los, não por um mero vulcanizar em segunda mão, mas, não obstante sempre mediada pela cognição e exegese do Autor, através de uma simpatia com a própria vivência filosófica de tais autores; *ii*) um domínio exímio das fontes que, também na linha do apontado na alínea anterior, facilita tremendamente o conhecimento, não só do pensamento de AR sobre os autores e obras por si ponderadas e apresentadas em *O Pensamento Moderno em Portugal*, mas igualmente o perfil identitário daqueloutros e a estrutura essencial destoutras; *iii*) o contínuo diálogo, formado e informado, do Autor com os pensadores que examina, levando o seu leitor, por vezes, a sentir-se como que se estivesse numa agradabilíssima tertúlia literário-filosófica, o que, como é evidente, só fará com que este se envolva, intelectual e até afetivamente, com o que está a ler, naquilo que, na nossa opinião, poderá criar, não menos nos *cubiti*, anticorpos em quem não gostar da característica, e para nós bem saudável, hermenêutica e metodologia redacional de AR, que não se limita a dizer «o autor X referiu, algures, algo parecido com Z», mas a patentear esse “Z” e deixar bem claro o local onde o mesmo surge na obra de X; *iv*) uma cuidada bibliografia final, que agrupa todos os textos citados e aludidos por AR no seu livro e por si disseminados pelos rodapés das várias páginas da sua obra; *v*) enfim, e para não estarmos a alongar em demasia este nosso elencar de atributos mais positivos desta obra aqui recenseada, uns, sempre trabalhosos mas fundamentais em qualquer obra que se queira de maior desenvoltura e futurível traquejo multifacetado pelos seus leitores, índices onomásticos e temáticos.

Mas deixemos para trás estas sempre áridas e fastidiosas formalidades, sempre pedidas a um recenseur como que para o obrigar a ter de mostrar o branco e o negro de uma obra como se, no seu processo de exame, tivesse de ignorar que as cores que estão entre esses dois extremos são muito mais importantes do que estes. Entremos, então, numa análise mais flexível deste livro, mas não menos atenta, nem crítica, antes,

na nossa opinião, mais apurada em ambos aqueles âmbitos, pois não nos ficaremos pela superficialidade, mas entraremos pelos filões mais importantes do mesmo.

Desde logo, na primeira secção desta obra, surge o curioso agravo entre o incansável conjurado Francisco cardeal Saraiva e o, igualmente incansável, racionalista devaneador José de Sampaio, *a.k.a.* Bruno. Curioso – dissemos –, não por ser inapropriado ou estranho, mas por lograr fazer uma interessante ponte, menos em arco suspenso do que com sólidos pilares, entre duas expressões do pensamento (filo-)maçónico português. Duas expressões que delineiam, segundo a nossa leitura e cada uma com o seu próprio compasso interno, um caminho progressivo para afirmação de uma compreensão lusa entre a filosofia política e, no primeiro caso, sobretudo as consequências religiosas de tal pensamento e, no caso do segundo, particularmente as bases metafísico-místicas desse mesmo pensamento. De todos os modos, não deixa de ser curioso, para os olhos de um teólogo que se dedica à mística, que ambas as relações precedentes deixem bem patente uma compreensão deliberada ou indeliberadamente redutora do que são os dois polos distintos das relações estabelecidas por tais autores com a filosofia política. E isto, a ponto de nos ter sido difícil não ter falado, respetivamente, de consequências pseudoreligiosas e de bases pseudometafísico-místicas.

De todos os modos, parece que AF deixa bem claro que as duas distintas expectativas messiânicas, ou quasi-messiânicas, dos dois autores por si tratados nesta secção conformam, por vezes de modo oblíquo, as suas compreensões da natureza e da finalidade do poder, que marcaram, à distância transversal de panfletos, cartas e ensaios mais ou menos chegados a tratados, grande parte da produção intelectual portuguesa sobre esses temas durante oitocentos e inícios de novecentos.

Já na secção segunda de *O Pensamento Moderno em Portugal*, somos confrontados com um arguto mosaico de estudos que juntam autores tão aparentemente díspares como o perene ressentido Teófilo Braga, o diletante neorenascentista Leonardo Coimbra e, enfim, o pretenso mistagogo José Marinho. Com efeito, a primeira parte do nosso binómio “aparentemente díspares” – reforçada (sabemo-lo bem) pela nossa voluntariamente hiperbólica adjetivação anterior – é claramente vincada pelo nosso Autor, em fidelidade ao próprio sistema intelectual dos autores por si estudados, em detrimento da disparidade de abordagens empreendidas pelos mesmos. Abordagens nas suas indagações acerca da sustentabilidade, e aplicabilidade, da filosofia no que concerne à leitura de alguns dos perenes problemas que preocuparam, e ocuparam, a meditação humana: desde uma metafísica aquém-mitológica de cunho sociológico e, assim, lamentavelmente desconhecadora de que a Religião Verdadeira é o Mito – mas não o mitológico – feito Realidade, a uma metafísica além-teológica baseada num suposto inatismo de ideias decorrentes de uma experiência imediatamente não mediada do mistério radical – mas não do Mistério Essencial que está além do âmbito da ciência e até de uma metafísica que não reconheça que o Ser é Amor –, passando pelos sonhos poético-românticos de uma leitura, a meio caminho entrecruzado entre o positivismo e a metafísica, criacionista-relativista eivada de laivos supostamente baseados em evidências científicas.

Quando lidos, com cuidado, os quatro capítulos desta segunda parte de *O Pensamento Moderno em Portugal*, fica-se absolutamente certo de que a própria capacidade de AR em desvendar a coincidência entre, por um lado, um imaginário-concreto ponto-*-Alfa* e, por outro, um não menos concreto-imaginário ponto *Ómega* na catenária ultracurvada estabelecida por tais estudos, se revela merecedora do esforço dos autores

considerados nestes estudos, e isto, só por si, merece uma palavra de cumprimento laudatório ao Autor. Efetivamente, mais do que uma interpretação isolada, e isolável, de distintas leituras filosóficas lusas acerca dos supramencionados problemas, somos colocados ante um mapa de isóbaras filosóficas que ajudam a conhecer, de modo cabal, algumas das mais relevantes respostas portuguesas a ditos problemas.

Enfim, na terceira secção desta obra, que nos preparamos para acabar de recen-sear, somos colocados ante a mais heteróclita parte de todas as que a compõem. Talvez esta impressão decorra de nela nos cruzarmos com autores que já haviam, ainda que a partir de outras preocupações, sido estudados precedentemente – de Teófilo Braga a António Quadros, passando por José de Sampaio, *a.k.a.* Bruno –; talvez decorra, ainda ou pelo contrário, de nela, analisando-se distintas tentativas lusas de absolutizar ou domesticar a razão, nos reencontrarmos com algumas matrizes temáticas que também já tinham passado anteriormente pelo fio da nossa atenção. De qualquer modo, toda a boa e justificada repetição é sempre um convite a um examinar mais atento, que abre rasgos no véu da memória assim feitos fulcros para a criatividade e, por conseguinte, nem por um instante se sente que se está a dar o tempo de leitura senão por bem investido. E isto, seja na análise de um deísmo tardio e insuficientemente humano que, de *phantasma* em *phantasma*, relativiza aquela moral que de moral a razão pode conceber, seja na pangnose lusa de laivos sebastianistas ou místéricos reencontrados sob o ponto, para nós impossível de descortinar, onde a mística e o misticismo se reencontram; seja nas, sempre malogradas, tentativas de substituição do dogma pela mística que, na linha do quase sempre treslido articular de Alfred Loisy entre Igreja e Reino, deu origem a distintos rostos de racionalismos que transformaram aquela mística em misticismos decadentes e subjetivistas; seja, enfim, numa tentativa de redenção e libertação de muito do antes aduzido num Cristianismo redimido e liberto no pensamento e nos escritos do, por nós tido como merecedor de uma referência explícita ao seu nome, P.º Álvaro Madureira.

Estamos a terminar e, face ao que já dissemos, talvez o que passaremos a aduzir seja redundante, mas nem o perigo de tal redundância nos faz sentir forçados a omiti-lo: AR, com *O Pensamento Moderno em Portugal*, continua, e esperemos que continue por muitos e prolixos textos, a merecer todos os encómios que, conquanto sejam proferidos com a mesma sinceridade que o mesmo procura colocar nas suas obras, lhe forem endereçados. Deste modo, mais do que simplesmente agradecermos à Universidade Católica Editora por, nestes difíceis tempos que passamos também a nível editorial, ter apostado em mais esta obra deste Autor, só podemos dizer: haveis cumprido, mais uma vez muito bem, a vossa missão, dentro, claro está, da própria missão mais abrangente que é a da própria instituição onde estudou e trabalhou, durante anos, AR: a própria Universidade Católica Portuguesa.

Alexandre Freire Duarte